

APARELHOS PRIVADOS E HEGEMONIA BURGUESA EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Gilberto Grassi Calil¹

Marcos Alexandre Smaniotto²

Resumo: Este artigo apresenta algumas reflexões teóricas produzidas no âmbito da Linha de Pesquisa Estado e Poder para a análise histórica da produção e reprodução da hegemonia burguesa, com destaque no papel desempenhado pelos diversos aparelhos privados de hegemonia constituídos pelos grupos dominantes para a produção do consenso. A seguir, discute a trajetória e o papel hegemônico desempenhado por um dos principais aparelhos privados constituídos pela burguesia de Marechal Cândido Rondon, a Associação Comercial e Industrial de Marechal Cândido Rondon (ACIMACAR).

Palavras-chave: Hegemonia; Aparelhos Privados; Estado Ampliado; Luta de Classes; Marechal Cândido Rondon;

Abstract: This article presents some theoretical reflections produced in the range of the *Linha de Pesquisa Estado e Poder* (State and Power Research Line) to analyze the production and reproduction of the bourgeois hegemony, especially the role played by many private apparatus of hegemony constituted by the dominant groups to produce the consensus. It aims to discuss the trajectory and the hegemonic role played by one of the most important private apparatus constituted by the local bourgeoisie, the *Associação Comercial e Industrial de Marechal Cândido Rondon/ACIMACAR* (Commercial and Industrial Association of Marechal Cândido Rondon).

Keywords Hegemony; private apparatus; Extended State; Class Struggle, Marechal Cândido Rondon

A Linha de Pesquisa Estado e Poder é constituída em torno de um conjunto de reflexões teóricas que colocam destaque aos processos de afirmação e construção de hegemonia(s). Neste contexto, é importante destacar algumas contribuições fundamentais da obra de Antonio Gramsci, como a ampliação do Estado, a ênfase na ação orgânica dos intelectuais, o destaque à organização como elemento decisivo na luta de classes e a guerra de posições. A partir de uma breve menção a estes conceitos, este relato de pesquisa apresentará algumas reflexões e resultados de uma investigação orientada a partir desta problemática, destacando a ação de um aparelho privado de hegemonia construído pela burguesia de Marechal Cândido Rondon (PR).

¹ Professor Adjunto do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Unioeste. Líder do Grupo de Pesquisa História e Poder e membro da Linha de Pesquisa Estado e Poder.

² Mestre em História, autor da dissertação *A burguesia rondonense em ação: a formação e atuação da Guarda Mirim (1966 a 1979)*; membro do Grupo de Pesquisa História e Poder

Nosso ponto de partida é a compreensão do conceito de hegemonia, nos termos propostos por Edmundo Fernandes Dias, como “racionalidade de classe que se faz história e que obriga as demais classes a se pensar nessa história que não é a delas” (Dias, 2006: 64). Nesse sentido, hegemonia pode ser compreendida como “projeto que permite expressar o programa, horizonte ideológico, no qual as demais classes se movem”. (Dias, 1996: 34). Em consequência, “a tarefa de quem busca construir a nova hegemonia é, fundamentalmente, compreender as razões pelas quais um projeto de hegemonia é vitorioso ou não. Ou seja, de compreender como um discurso pode capturar as emoções e as práticas das classes que domina” (Idem, 74). Isto coloca ênfase nos instrumentos utilizados para a disseminação de concepções hegemônicas, de percepções, sentimentos e visões de mundo em acordo com a ordem vigente.

A compreensão em torno do processo de construção de hegemonia(s) tem relação direta com a reflexão gramsciana sobre o Estado e os termos ampliados em que este é definido. De acordo com o revolucionário italiano, “Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (Gramsci: 2001, 331). Nestes termos, “por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (Idem: 254-255). Assim, o Estado pode ser compreendido como “equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas **privadas**, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc...)” (Gramsci Apud Liguori, 2007: 20-21, grifo no original). O núcleo teórico desta proposição encaminha a incorporação da sociedade civil no conceito de Estado: “na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil, (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)” (Gramsci, 2001, 244). Chega-se, desta forma, à compreensão da sociedade civil como espaço decisivo da luta de classes, como destaca o cientista político Guido Liguori: “Na visão gramsciana, a sociedade civil é uma arena privilegiada da luta de classes, uma esfera do ser social em que se dá uma intensa luta pela hegemonia, e, precisamente por isso, não é o ‘outro’ em relação ao Estado, mas – junto com a sociedade política, isto é, com o ‘Estado-coerção’ – um dos seus inelimináveis momentos constitutivos” (Liguori, 2007:54). Assim, cabe enfatizar que na concepção gramsciana não é possível compreender adequadamente o processo de dominação imposto pela burguesia sem a devida atenção aos processos travados no âmbito da sociedade civil, ou seja, sem investigar o conjunto dos instrumentos constituídos e utilizados pelas classes sociais antagônicas para o embate hegemônico.

Ainda nos termos da reflexão gramsciana, a compreensão deste embate

leva-nos à reflexão em torno da ação orgânica dos intelectuais. Para Gramsci, “Os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo” (Gramsci, v. 2: 21). Para que a função de produção do consenso seja levada a cabo e, portanto, os intelectuais orgânicos da classe dominante desempenhem seu papel, é fundamental a organização, a qual se efetiva na constituição dos aparelhos privados de hegemonia. Nas palavras da historiadora Virgínia Fontes, “O fulcro do conceito gramsciano de sociedade civil – e dos aparelhos privados de hegemonia – remete para a organização (produção coletiva) de visões de mundo, da consciência social, de ‘formas de ser’ adequadas aos interesses do mundo burguês (a hegemonia) ou, ao contrário, capazes de opor-se resolutamente a esse terreno dos interesses (corporativo), em direção a uma sociedade igualitária (‘regulada’) na qual a eticidade prevaleceria (o momento ético-político da contra-hegemonia)” (FONTES, 2006: 211). Interessa-nos aqui particularmente o primeiro sentido, ou seja, a organização de visões de mundo adequadas aos interesses do mundo burguês. É este o sentido da intervenção dos aparelhos privados de hegemonia constituídos pelas diversas frações constituintes da classe dominante. Para dimensionar sua importância, cabe lembrar a indicação de Gramsci considerando que “as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna” (Gramsci, 2001: 73). Conseqüentemente, o grande desafio ao historiador que pretenda desvendar os mecanismos pelos quais a dominação se perpetua é “estudar com profundidade quais são os elementos da sociedade civil que correspondem aos sistemas de defesa na guerra de posição” (Idem, 73). É através dos aparelhos privados de hegemonia que a ideologia dominante é disseminada, e seu papel é efetivo na afirmação e reafirmação da dominação. Como lembra Guido Liguori, o aparelho hegemônico “remete à materialidade dos processos hegemônicos: não se trata só de ‘batalha das idéias’ mas de verdadeiros aparelhos estabelecidos para a criação do consenso” (Liguori, 2007: 29). Cabe acrescentar, ainda, que existem aparelhos privados de hegemonia constituídos em diferentes âmbitos de abrangência: nacionais (certamente os mais estudados por Gramsci), como jornais, revistas e entidades empresariais, internacionais (como igrejas, ONGs e associações diversas), regionais e municipais. Neste último caso, como

discutiremos a seguir, trata-se de construir formas ideológicas concretas adequadas à manutenção da ordem social e ao desenvolvimento capitalistas, adequadas às especificidades locais e às características constitutivas das frações burguesas dominantes neste âmbito. Isto significa, certamente, a reprodução e disseminação de elementos da ideologia dominante nacional e internacional, mas sob formas específicas, muitas vezes com ênfases particulares e interpretações sui generis.

APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON

A constituição de aparelhos privados de hegemonia e sua intervenção no interior da sociedade civil disseminando visões de mundo, da consciência social e de “formas do ser” no sentido indicado acima, é facilmente perceptível no processo de constituição e desenvolvimento de Marechal Cândido Rondon, em especial a partir de sua emancipação político-administrativa do então distrito de General Rondon, constituído com base na “exploração de um grupo de investidores vindos do Rio Grande do Sul, que compraram uma grande área de terras, e, nelas, fizeram com que seus investimentos rendessem” (SMANIOTTO, 2008, p. 49), em 1960. Pode-se dizer que a economia da região, inicialmente (1940/1960), movimentava-se através da venda da madeira, proveniente do desmatamento das áreas onde as glebas estavam sendo formadas, e também através da policultura. Posteriormente, com a “revolução verde”, afirmou-se a monocultura e o estabelecimento/crescimento das relações comerciais/industriais, e, também, o crescimento do núcleo urbano do município.

Juntamente com o crescimento da cidade foram desenvolvendo-se os aparelhos privados de hegemonia, em especial vinculados às frações comerciais e industriais da burguesia rondonense, podendo-se destacar a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária (ACIMACAR), o Rotary Clube, o Lions Clube, a Câmara Júnior, a Loja Maçônica Quintino Bocaiúva, dentre outros. Estas instituições foram criadas em Marechal Cândido Rondon praticamente em um mesmo período, compreendido entre 1965 e 1975, período marcado pela intensificação das relações capitalistas na cidade e pelo crescimento da indústria e do comércio. Grande parte dos sujeitos que constituíram estes aparelhos privados de hegemonia também eram integrantes do Estado em sentido estrito, ou seja, mantinham cargos na prefeitura, câmara de vereadores, fórum, etc; e, ao mesmo tempo, integravam a classe dominante local, como proprietários de estabelecimentos comerciais, industriais e/ou agropecuários. No quadro de ação, representação e disputa pela hegemonia político-econômica no município, pode-se dizer que as burguesias constituíram

os espaços dos aparelhos privados de hegemonia como forma de organização para a luta (intra e entre) classes.

A ACIMACAR E A ORGANIZAÇÃO DA CLASSE DOMINANTE

A Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Marechal Cândido Rondon (ACIMACAR) foi constituída no final da década de 1960, inicialmente apenas como Associação Comercial e Industrial. Sua fundação foi relatada na Rádio Difusora de Marechal Cândido Rondon por Antônio Maximiliano Ceretta - diretor geral da Rádio, vereador, membro do Lions Clube, ex-membro da executiva dos clubes Aliança e Botafogo e futuro membro do Rotary Clube – que conclamava a classe dominante a organizar-se para potencializar sua intervenção:

Palestramos ontem com o nosso prezado amigo e vereador, Dr. José do Amaral Campos, que nos informou haver estatuto, ata de fundação e mais documentos visando à fundação dessa entidade. Mas a documentação está parada, estacionada, esperando por alguém que agite a questão. E nós desejamos agitá-la de fato. (...) O comércio e a indústria podem contar conosco na promoção da idéia, debate da mesma e consecução de mais essa iniciativa. Vamos começar o ano de 67 providenciando nisso. **Classe desunida é classe que se desprotege** (Frente Ampla de Notícias: 07.08.1967, grifos nossos).

Alguns meses depois, Ceretta conclamava em especial os comerciantes rondonenses à defesa de seus interesses, agitando o fantasma do comércio informal:

Um dos fatores que leva essa laboriosa classe a se unir num órgão de defesa de seus interesses, é também o combate a todo o tipo de comércio ilegal que se faz sentir no nosso interior. **Os comerciantes unidos, poderão de melhor forma dar combate aos aventureiros que, vindos de fora e sem credenciais, fazem concorrência cerrada ao comércio estabelecido, legalizado.** Além disso, há também que se comentar que Associação Comercial será o baluarte da defesa dos interesses dos nossos comerciantes os quais, desunidos, facilmente se sujeitam a situações difíceis. A idéia está lançada e vai frutificar muito em breve (Idem, 02.03.1968, grifos nossos).

E esta frutificação aconteceu no dia 11 de maio de 1968. Foi formada nesta data a primeira diretoria da entidade. Os diversos presidentes das primeiras diretorias da ACIMACAR foram destacados integrantes da burguesia local. Foram eles: "*Harry Pydd 1968 – 1972; Cândido Mariano Pesch 1972 – 1974; Guido Port 1974 – 1976; Heitor Danilo Brenner 1976 – 1978; Walmor Sergio Nied 1978 – 1979; Dieter Leonhard Seyboth 1979 – 1980; Élio Edvino Winter 1980 – 1981*" (ACIMACAR: página eletrônica, acessada em 27.11.2006).

O “Estado ampliado”, teorizado por Antonio Gramsci, se estende para além das atividades formais ou oficiais dos grupos intra ou extra Estado em sentido estrito. Essa união entre sociedade civil e política se evidencia nas reuniões festivas, como a promovida pela Associação Comercial e Industrial de Marechal Cândido Rondon, articulando os setores “público” e “privado”. Neste sentido, sobre o primeiro jantar festivo da associação, a Rádio Difusora noticiou que:

Reuniram-se ontem na sociedade de Cantores Aliança, a diretora da Associação Comercial e seus associados e mais convidados especiais naquele que foi o primeiro jantar de confraternização. Foram aproximadamente 100 pessoas que estiveram reunidas e, entre as quais o **prefeito municipal** Sr. Almiro Bauermann; representante do **Juiz de Direito**, Sr. Hugo Messias; Sr. Eldor Egon Lamb, **Presidente da Câmara Municipal de Vereadores**; Alberto Méier, **Delegado de Polícia** e ainda o Sr. Arlindo Alberto Lamb, **Diretor desta Emissora e Presidente da Coopagril**. O Dr. José Carlos Lins Santos, **Juiz de Direito da Comarca** chegou atrasado, tendo também tomado parte na noite festiva da associação. (...) O presidente da Associação Comercial aproveitou para apresentar aos que estiveram presentes, alguma coisa daquilo que tem feito em favor do comércio e da indústria, deixando marcas de seu pensamento **com respeito à construção da sede própria da entidade, em terreno que foi doado pela prefeitura municipal**. Podemos ver ontem que o comércio e a indústria de Marechal Cândido Rondon estão unidos, tornando forte o seu movimento, o que é muito importante. Mais uma vez parabenizamo-nos com os comerciantes e industrialistas que, estão vendo a necessidade de carregar fileiras **em torno de uma causa justa e digna que é, defender os seus direitos, marchando ao lado de sua associação** (Frente Ampla de Notícias, 28.09.1973, grifos nossos).

Esta passagem evidencia a forte presença da representação do Estado *stricto sensu* em âmbito municipal: Prefeito, Presidente da Câmara de Vereadores, Juiz e Delegado. Ou seja, os representantes necessários para fazer com que os interesses da classe dominante sejam efetivados no município. Um destes interesses, como consta, seria sua organização em “*Torno de uma causa justa e digna que é, defender os seus direitos*”. Pergunta-se, então, quais poderiam ser estes direitos? Direito de manter a propriedade privada e a exploração do trabalhador, contando para isso com o zeloso trabalho dos integrantes do Legislativo, do Executivo e do Judiciário? Esta parece ser a real combinação de interesses entre o *corpus* envolto na Associação e a utilização do dinheiro público para atender seus interesses, como claramente explicitado pela Rádio Difusora através da doação de um terreno - em área central e muito valorizada -, para a concretização dos objetivos da burguesia rondonense - e conseqüentemente os interesses dos próprios integrantes do “Poder Público”. Não só o prefeito Almiro Bauermann era proprietário, mas quase os ocupantes de cargos públicos mantinham negócios privados. Uns,

comerciantes, outros, industriais, outros, proprietários rurais, outros, imbricavam duas ou três áreas de exploração. Caracteriza-se assim, em linhas gerais, a gênese da associação de classe da burguesia rondonense, com diretrizes definidas e assim se diferenciando e complementando a intervenção de outras associações já presentes e atuantes, mas com práticas mais camufladas, como o Lions Clube e Rotary Clube, por exemplo – entidades que contavam com a participação da maior parte das “autoridades” acima citadas.

A doação do terreno à ACIMACAR configura-se como ato mais explícito de utilização dos recursos estatais em benefício dos interesses da classe dominante, evidenciando a articulação entre sociedade civil e sociedade política. Nos termos da Rádio Difusora:

O Prefeito municipal sancionou lei doando à Associação Comercial e Industrial de Marechal Cândido Rondon, lote urbano de 400 metros quadrados, situado na área desmembrada da praça Willy Barth destinada para edifícios públicos. O referido terreno, destinado à Associação Comercial e Industrial, servirá para a construção da sede própria deste órgão de classe, devendo o prédio ser de dois pavimentos. Tendo em vista o grande interesse que representa esta obra para Marechal Cândido Rondon, a Câmara Municipal aprovou por unanimidade de votos o projeto que fora enviado pelo prefeito neste sentido (Frente Ampla de Notícias, 26.10.1973).

Em suma, os interesses se confundiam em torno da consolidação da burguesia rondonense, organizada para fazer valer os seus interesses e difundir sua visão de mundo. Até os dias atuais a sede da ACIMACAR está edificada no terreno doado pela prefeitura, ao lado da Câmara de Vereadores , conforme a FOTO 1.

FOTO 1: ACIOMACAR E CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES



FONTE: Arquivo Pessoal. 11/01/2008.

Os interesses que motivaram a organização da burguesia ficam explícitos na reportagem intitulada *A Cobra e o Lagarto*, que conclamava por uma “cruzada” contra as formas “ilegais” de comércio e outras práticas associadas tidas por ela como indecorosas:

Debaixo da marquise da rodoviária encostam os ônibus, fazem cargas e descargas, isso tudo de uma vez. Ao redor de tudo isso, pessoas com crianças, gente com bagagem, tem que estar desviando de engraxates e vendedores de frutas, isso quando não tem que sair para o centro da via pública para desviar aos verdadeiros ataques que fazem os famosos vendedores de *carnets*. Isso tudo ainda não é nada pois, eis que no momento em que aumenta o trânsito no interior da rodoviária, aparecem como que por encanto em cada uma das extremidades do prédio, um vendedor ambulante, estes que nós conhecemos por camelô, que para falar, não tem papas na língua. Foi somando tudo isso, mas outros acontecimentos que não se pode ventilar pelo microfone por causa da censura federal, que hoje montamos esta nota de pedido de apoio e atendimento por parte de nossas autoridades de uma forma geral. Hoje pela manhã, tivemos a oportunidade de presenciar a discussão entre dois camelôs que operam nas redondezas da rodoviária, cena essa que deixa má impressão às pessoas que vem de fora de nosso município e que podem facilmente levar de nossa terra a má impressão que dificilmente poderá ser apagada. (...) A briga entre a cobra e o lagarto mais dia menos dia vai acontecer, e a bomba vai estourar. (...) O nosso povo modesto, pacato e trabalhador infelizmente sempre cai no conto do vigário e, estas pessoas aproveitando-se de sua simplicidade usam o momento propício para vender-lhe as suas drogas, extorquindo o dinheiro em troca de um medicamento fajuto ou de bugigangas que no final do dia podem facilmente atingir volumosa quantia. Nossa terra não é de bobos e as providências são aqui pedidas por nosso intermédio (Frente Ampla de Notícias, 01.10.1973).

De acordo com as reivindicações dos diretores da rádio, que eram membros ativos da ACIMACAR, são os engraxates, vendedores ambulantes e outros que sobrevivem de maneira precária na “porta de entrada” da cidade que comprometiam a imagem de Marechal Cândido Rondon. Assim, não seriam as formas desiguais de sobrevivência determinadas pelo mundo capitalista, como a exploração e precarização do trabalho, mas sim suas as conseqüências que seriam vexatórias. Nesta lógica, seriam os próprios trabalhadores informais os responsáveis pela sua situação. O ataque ao comércio informal é uma constante, já que estão em jogo os interesses econômicos dos comerciantes e industriais, pois, a venda de produtos mais baratos pelos camelôs atrapalha o sistema legalizado de comércio.

O enfrentamento ao comércio ilegal remonta aos primórdios da intervenção da ACIMACAR, expressando sua intervenção e ressonância junto ao “Poder Público”. Ainda em 1968, o Prefeito de Marechal Cândido Rondon Werner Wanderer, com a concordância dos vereadores, estabeleceu um prêmio em dinheiro para quem denunciasse a presença de vendedores ambulantes, responsabilizados por “prejudicar as relações comerciais”:

Na sessão de ontem, com a presença do Sr. Prefeito municipal, debateu-se longamente a concorrência que certas pessoas fazem ao comércio estabelecido, especialmente nas cidades e vilas. Estudou-se o meio para coibir o abuso na venda, especialmente de roupas feitas, por pessoas que saem sorrateiramente a São Paulo, fazem grossas compras de bolsa ao braço, vão de casa em casa fazendo um negócio ilícito. A liberdade de comércio não vai ao ponto de pessoas, que não pagam imposto de espécie alguma, prejudicam o município e ao Estado, concorrem com o comércio estabelecido que paga seu imposto, recolhe sua renda, o levam ao cofre do Estado o respectivo ICM. A prefeitura comunica que dará um prêmio em dinheiro a quem comunicar a mesma a atividade dessas pessoas que serão automaticamente lançadas entre os contribuintes e seus nomes comunicadas ao Fisco Estadual para as devidas providências (Frente Ampla de Notícias, 31.10.1968).

Assim, não obstante o liberalismo econômico pregar a liberdade absoluta nas relações comerciais e condenar a interferência do Estado,¹ a burguesia rondonense pedia a intervenção do setor público para a garantia de seus interesses econômicos – no que era prontamente atendida. A solução dada pelo prefeito municipal, com a concordância dos membros da Câmara de Vereadores (em sua maioria industriais e/ou comerciantes), evidencia a correção das reflexões de Antonio Gramsci e a validade das categorias de “Estado ampliado” e “aparelho privado de hegemonia”.

O que se constatou foi a sistemática utilização da “máquina pública” para o favorecimento dos interesses da burguesia rondonense. Percebe-se claramente, assim, que burguesia rondonense há muito se organizava, construindo aparelhos privados e ao mesmo tempo ocupando postos nos setores públicos, utilizando-se deles para benefício próprio, como ao estabelecer pagamento em dinheiro aos delatores da informalidade e na da doação do terreno para construção da sede da ACIMACAR.

Assim, pode-se notar como a ACIMACAR atuou como formadora e organizadora dos interesses da burguesia em torno dos mesmos objetivos. Um deles, e aqui o principal, foi a construção de uma identificação para aqueles que viviam – e alguns ainda vivem – do trabalho alheio. Também, de que forma o poder público foi utilizado para o atendimento daquela ânsia para a formação de um órgão que congregasse e defendesse os interesses “da referida classe”.

BIBLIOGRAFIA CITADA

DIAS, Edmundo Fernandes. *Hegemonia: racionalidade que se faz história*. In: DIAS, Edmundo Fernandes (org). *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.

¹ Ver a respeito HAYEK (1977) e FRIEDMAN (1977).

DIAS, Edmundo Fernandes. *Política brasileira: embates de projetos hegemônicos*. São Paulo, Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2006.

FONTES, Virginia. *Sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980*. In: NEVES, Lucia Maria Wanderley & LIMA, Júlio César (orgs.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006, p. 201-239.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Arte Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volumes 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HAYEK, Friedrich V. *O Caminho da Servidão*. Porto Alegre: Globo, 1977.

LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

SMANIOTTO, Marcos Alexandre. *A burguesia rondonense em ação: a formação e atuação da Guarda Mirim (1966 a 1979)*. Dissertação de Mestrado em História. Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2008.

Fontes Citadas

FRENTE Ampla de Notícias. Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon. Transcrição do programa jornalístico veiculado diariamente ao meio dia.

www.acimacar.com.br – página eletrônica da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Marechal Cândido Rondon.

Artigo recebido em 08/07/2008

Artigo aceito em 08/08/2008